



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

Concurso Público para provimento de Cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária

Opção de Cargo A01, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno de prova contém um total de 80 questões, numeradas de 1 a 80. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Os índios brasileiros ainda lutam pelo reconhecimento pleno de seus direitos, contra nossos preconceitos, porque muita gente acha que eles devem corresponder aos nossos modelos, como, por exemplo, ser ecologicamente corretos. Em outras palavras, para serem aceitos em suas diferenças, seriam menos livres. Mas, se a liberdade é o valor supremo do ser humano, os índios também poderiam fugir dos clichês, incluindo os ecológicos.

Será que os índios são ecologicamente corretos por natureza? O mito do bom selvagem, que ainda povoa nosso imaginário, reforçado na mídia por imagens de ianomâmis seminus na selva, corresponde à realidade? Ou não? E se os índios da Amazônia fugirem de nossos mitos etnocêntricos e virarem criadores de gado, madeireiros ou garimpeiros? Eles ainda seriam índios? Definitivamente, sim.

Não se pode negar que as terras indígenas na Amazônia são áreas ambientalmente bem preservadas. O futuro dessas terras é crucial para a conservação da Amazônia. Mas quais as garantias de que isso perdurará?

Em primeiro lugar, há várias pressões sobre as terras indígenas. E as barreiras físicas, jurídicas e políticas à exploração imediata e predatória dessas áreas estão se tornando frágeis. Há pressões externas, para a exploração de madeira, minérios ou potencial hidrelétrico, mas também internas: pressões demográficas e econômicas de alguns grupos indígenas, que querem explorar livremente suas terras. Sim, porque os índios não são inerentemente conservacionistas. Como nós, eles reagem aos mesmos estímulos econômicos de curto prazo que degradam o ambiente. Além do que, a vida de muitas comunidades indígenas já é bem diferente do que imagina o senso comum: muitos índios têm profissões remuneradas, usam roupa, viajam de avião e participam de atividades econômicas nem sempre ecologicamente corretas. Suas diferenças em relação aos não-índios se manifestam menos em traços materiais ou folclóricos e mais na reprodução e resgate dos processos socioculturais – línguas, crenças e demais conhecimentos tradicionais indígenas – e políticos – como o movimento indígena. Mas esse índio, que não se encaixa em nossos clichês, continua sentindo-se índio. E tem direito a sê-lo.

(Adaptado de Vincenzo Lauriola. *Idéias que desafiam o senso comum. Superinteressante*, setembro 2003, p.106)

1. Encontra-se no texto
 - (A) apoio à visão comumente aceita de que as comunidades indígenas devem responsabilizar-se inteiramente pela preservação da região amazônica.
 - (B) a constatação da total incapacidade dos índios para conservar o meio ambiente, em razão de seu despreparo no confronto com a comunidade branca.
 - (C) a discordância quanto ao modo de ver os índios – como instintivamente conservacionistas –, tomando por argumento seus hábitos de destruição da floresta.
 - (D) a defesa de que seja permitida aos índios a exploração de suas terras, tal como aos brancos, pois aqueles estão submetidos às mesmas imposições modernas.
 - (E) uma censura à tendência manifesta da sociedade branca para manter o índio isolado, sem considerar seus costumes e conhecimentos.
2. As questões que aparecem no 2º parágrafo do texto
 - (A) permitem entrever uma crítica às pretensões indígenas de assimilarem os hábitos dos brancos e desenvolverem as mesmas atividades econômicas.
 - (B) pressupõem certa visão do índio, fantasiosa e até mesmo preconceituosa, criada na época da colonização e ainda mantida pelos brancos.
 - (C) defendem de forma acentuada a visão primitiva de índios vivendo com suas tradições no meio de uma floresta isolada de qualquer contato com a civilização.
 - (D) reforçam a importância de se manterem as comunidades indígenas afastadas na floresta, em vista de seus hábitos anti-sociais.
 - (E) tentam justificar certos hábitos indígenas, de desrespeito ao meio ambiente, contrários à visão idealista e romântica que eles inspiram ainda hoje.
3. A idéia fundamental em que se apóia o autor do texto, na defesa de sua proposta, é:
 - (A) A Amazônia deve ser preservada, em benefício de todos.
 - (B) As tradições indígenas devem ser mantidas e cultivadas.
 - (C) As comunidades indígenas vêm perdendo o domínio de suas terras.
 - (D) A preservação da Amazônia depende exclusivamente de índios.
 - (E) A liberdade é o valor supremo do ser humano.

<p>4. <i>Em outras palavras, para serem aceitos em suas diferenças, <u>seriam menos livres</u>. (1º parágrafo)</i></p> <p>Os índios <i>seriam menos livres</i>, porque</p> <p>(A) os hábitos indígenas não lhes permitem agir de maneira correta em relação ao meio ambiente, de forma a respeitá-lo e preservá-lo.</p> <p>(B) eles teriam de submeter-se às leis da sociedade branca, ao adotarem profissões geralmente exercidas pelos não-índios.</p> <p>(C) preconceitos cerceiam o pleno exercício de sua vontade em relação ao meio ambiente e às possibilidades de inserção na sociedade branca.</p> <p>(D) os índios, afastados voluntariamente da civilização, não devem submeter-se a quaisquer códigos de conduta, sem sentido em sua vida.</p> <p>(E) a evidente degradação de seu meio ambiente os impede de desfrutar de uma vida saudável, no meio da floresta, como sempre fizeram.</p>	<p>8. <i>... por imagens de <u>ianomâmis seminus na selva, <u>corresponde</u> à realidade?</u></i> (2º parágrafo)</p> <p>O mesmo tipo de complemento exigido pelo verbo grifado acima está na frase:</p> <p>(A) <i>... que ainda povoa nosso imaginário.</i></p> <p>(B) <i>E se os índios da Amazônia fugirem de nossos mitos etnocêntricos ...</i></p> <p>(C) <i>O futuro dessas terras é crucial para a conservação da Amazônia.</i></p> <p>(D) <i>... há várias pressões sobre as terras indígenas.</i></p> <p>(E) <i>... do que imagina o senso comum.</i></p>
<p>5. <i>E tem direito a <u>sê-lo</u>. (última linha)</i></p> <p>O segmento grifado substitui, no contexto, a</p> <p>(A) ser índio.</p> <p>(B) ser livre.</p> <p>(C) ter uma terra.</p> <p>(D) participar do comércio.</p> <p>(E) conservar o meio ambiente.</p>	<p>9. A concordância está feita corretamente na frase:</p> <p>(A) Divergem as opiniões dos ecologistas a respeito do verdadeiro papel que as comunidades indígenas da Amazônia precisa assumir.</p> <p>(B) É bastante variado os conhecimentos indígenas sobre o uso medicinal de várias plantas da floresta amazônica.</p> <p>(C) Grupos ambientalistas do mundo todo considera objetivo prioritário a preservação da floresta amazônica e de seus recursos naturais.</p> <p>(D) Deve haver garantias de que os costumes tradicionais indígenas sejam preservados, bem como seu conhecimento prático de medicamentos.</p> <p>(E) Políticas desenvolvimentistas precisa serem compatíveis com o uso sustentável da floresta amazônica, pois dela dependem, por exemplo, o ciclo das chuvas.</p>
<p>6. <i>... e resgate dos processos socioculturais – línguas, crenças e demais conhecimentos tradicionais indígenas – (final do último parágrafo)</i></p> <p>Os travessões assinalam uma</p> <p>(A) restrição à afirmativa anterior.</p> <p>(B) citação exata de outro autor.</p> <p>(C) afirmativa desnecessária, por ser repetitiva.</p> <p>(D) enumeração explicativa do que vem sendo exposto.</p> <p>(E) hesitação do autor em expor seu pensamento.</p>	<p>10. Encontra-se palavras escritas de modo INCORRETO na frase:</p> <p>(A) Algumas tribos indígenas almejam a expansão de seu território, com a demarcação oficial da área que habitam.</p> <p>(B) A visão de um paraíso natural onde índios vivam em harmonia parece estar em desacordo com a atual realidade extrativista.</p> <p>(C) Os colonizadores demonstraram enorme incompreensão dos costumes indígenas, rejeitando-os, devido a sua formação religiosa.</p> <p>(D) Uma hipótese consiste em reconhecer certos direitos dos índios, como a utilização sustentável da floresta, que gera recursos para as tribos.</p> <p>(E) Existem as chamadas unidades de conservação, cujo objetivo se volta para a manutenção da floresta e especialmente para animais em risco de extinção.</p>
<p>7. <i>... os índios também <u>poderiam</u> fugir dos clichês... (final do 1º parágrafo)</i></p> <p>O emprego da forma verbal grifada na frase acima introduz no contexto</p> <p>(A) a certeza da realização de um fato, no presente ou no futuro.</p> <p>(B) o desejo de que a ação se realize, no presente ou no futuro.</p> <p>(C) a impossibilidade de que a ação se realize no futuro.</p> <p>(D) uma ação continuada no passado, que se prolonga até o momento da fala.</p> <p>(E) um fato de ocorrência possível, na dependência de certa condição.</p>	

Atenção: As questões de números 11 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Em 1900, o Brasil era uma pequena sociedade agrária, dominada por uma concentrada oligarquia entesourada. Mulheres e negros não tinham voz nem voto. As mulheres, porque eram mulheres. Os negros, porque eram pobres e analfabetos.

Apenas 5% da população votavam. Os presidentes representavam o domínio dessa minúscula elite sobre a maioria constituída de negros, mulheres, brancos pobres e analfabetos e crianças. A Constituição de 45, até 1960, elevou para 16% a 20% da população o número de eleitores, que na República Velha não passava de 5%. Essa foi a mais significativa mudança política do século XX: o longo e doloroso caminho para a democracia de massas, da oligarquia fechada à eleição de um presidente saído da população pobre do Nordeste, com estágio político no operariado industrial de São Paulo.

Demorou, mas, no entremeio, as mulheres ganharam voz e voto. Somente em 1932 o voto feminino seria autorizado. Revolução política, que antecedeu o sufrágio universal em muitos países democráticos da Europa, mas insuficiente para promover a equiparação socioeconômica dos gêneros : ainda hoje a mulher ganha, em média, 70% do salário do homem branco.

Votos, os negros conquistaram com o sufrágio universal. Voz, nem tanto. O voto se tingiu, mas não o poder nem os salões da elite. Só nos anos 90 a sociedade branca brasileira começou a ouvir a voz do descontentamento afro-brasileiro, distinta daquela que se ouve nas rodas de samba. Uma voz que exige assimilação, em igualdade de condições, à sociedade branca, para que esta deixe de ser branca e fique diversa como toda a população.

O século XX foi bom para o Brasil, no balanço final. Só não vê esse balanço positivo quem acha possível um percurso histórico sem falhas. Somos hoje uma sociedade mais livre, mais forte e mais aberta do que éramos. Mas continuamos desiguais. Combater a desigualdade é o desafio do século XXI e a vitória não pode demorar 100 anos. Esse combate nos obrigará a reconhecer quem são os mais desiguais, para torná-los mais iguais. Ver que a desigualdade tem gênero e cor, e precisa de um pacto social de correção que apresente oportunidades para todos.

(Baseado em Sérgio Abranches, *Foi bom para o Brasil. Veja*, 8 de Outubro de 2003, p. 34)

11. Considere as afirmativas que seguem, a respeito do texto:

- I. O texto aponta a clara necessidade de mobilização de toda a sociedade para acabar, definitiva e rapidamente, com a injustiça social no Brasil.
- II. Conclui-se do texto, melancolicamente, que é absolutamente impossível combater a histórica desigualdade social do País, apesar de alguns avanços nessa área.
- III. O autor mantém sua neutralidade diante da situação social brasileira, considerando os importantes avanços do século passado na área política.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

12. Encontra-se no texto a seguinte opinião:

- (A) É evidente que apenas uma pequena porcentagem da população faz realmente jus ao direito de votar, pois nem todos estão preparados para tal responsabilidade.
- (B) O avanço ocorrido na política trouxe benefícios sob alguns aspectos, mas concorreu de forma acentuada para o surgimento das diferenças sociais no País.
- (C) Alguns presidentes, não obstante eleitos por uma oligarquia fechada que ostentava sua riqueza num país pobre e escravocrata, mesmo antes de 45 preocuparam-se com o desenvolvimento social.
- (D) A história do Brasil apresenta-se ainda cheia de erros, que impedem uma clara noção do desenvolvimento social e político que ocorreu durante o século XX.
- (E) O avanço político rumo à democracia foi lento, mas não se deve admitir a mesma lentidão na solução dos problemas sociais existentes no País.

13. *Ver que a desigualdade tem gênero e cor ...* (final do texto)

De acordo com o texto, a observação acima refere-se

- (A) ao balanço positivo que o século XX deixou para toda a sociedade brasileira.
- (B) à mestiçagem ocorrida desde o início, dando origem a vários tipos de brasileiros.
- (C) ao desprestígio social e profissional que atinge as mulheres e os negros.
- (D) à substituição, na política, de membros da oligarquia por representantes das classes populares.
- (E) à mudança política que permitiu o voto das mulheres, inicialmente, e depois, dos negros.

<p>14. <i>Somos hoje uma sociedade mais livre, mais forte e mais aberta do que éramos.</i> (5º parágrafo)</p> <p>A afirmativa do texto que justifica a opinião acima é:</p> <p>(A) <i>Apenas 5% da população votavam.</i></p> <p>(B) <i>... da oligarquia fechada à eleição de um presidente saído da população pobre do Nordeste.</i></p> <p>(C) <i>... que antecedeu o sufrágio universal em muitos países democráticos da Europa.</i></p> <p>(D) <i>O voto se tingiu, mas não o poder nem os salões da elite.</i></p> <p>(E) <i>... quem acha possível um percurso histórico sem falhas.</i></p>	<p>19. A forma verbal flexionada de modo INCORRETO está na frase:</p> <p>(A) O mais jovem dos candidatos a vereador obteve a maioria dos votos no município.</p> <p>(B) Sobreviram algumas dificuldades dos eleitores para votar nas urnas eletrônicas.</p> <p>(C) O presidente da mesa diretora interveio na escolha dos concorrentes à eleição municipal.</p> <p>(D) Os participantes da assembléia geral propuseram novas medidas de segurança no prédio.</p> <p>(E) Apesar de muitas, as explicações do candidato não satisfizeram as exigências do Tribunal.</p>
<p>15. <i>Votos, os negros conquistaram com o <u>sufrágio universal</u>.</i> (início do 4º parágrafo)</p> <p>A expressão grifada significa, considerando-se o contexto,</p> <p>(A) o direito de voto a todos os cidadãos.</p> <p>(B) a liberdade trazida pelo fim da escravidão.</p> <p>(C) a educação básica, para pôr fim ao analfabetismo.</p> <p>(D) a participação feminina em cargos eletivos.</p> <p>(E) a luta das minorias para chegar ao poder.</p>	<p>20. O Rio Grande do Norte foi o Estado pioneiro ao conceder mulheres a possibilidade de ir urnas, manifestando sua vontade pelo voto, permitido somente homens, no resto do Brasil.</p> <p>As lacunas da frase apresentada serão corretamente preenchidas por</p> <p>(A) às - às - a</p> <p>(B) às - as - a</p> <p>(C) as - às - a</p> <p>(D) às - às - à</p> <p>(E) as - as - à</p>
<p>16. <i>Voz, nem tanto.</i> (início do 4º parágrafo)</p> <p>A frase acima insere no contexto a noção de</p> <p>(A) causa.</p> <p>(B) condição.</p> <p>(C) conclusão.</p> <p>(D) ressalva.</p> <p>(E) consequência.</p>	<p>21. A utilização de uma unidade leitora/gravadora de CD, em microcomputador, possibilita</p> <p>(A) ler CD-RW, somente.</p> <p>(B) ler CD-ROM, somente.</p> <p>(C) ler e gravar CD-RW, de forma semelhante a um disquete.</p> <p>(D) ler e gravar CD-ROM, de forma semelhante a um disquete.</p> <p>(E) ler e gravar CD-RW e CD-ROM, devido ao sistema de armazenamento magnético usado pelo gravador.</p>
<p>17. <i>... distinta daquela que <u>se ouve</u> nas rodas de samba.</i> (meio do 4º parágrafo)</p> <p>A forma de sentido equivalente ao do verbo grifado na frase acima é</p> <p>(A) ouviria.</p> <p>(B) ouviram.</p> <p>(C) tinha ouvido.</p> <p>(D) será ouvida.</p> <p>(E) é ouvida.</p>	<p>22. Sobre os componentes do <i>software</i> de um microcomputador, pode-se afirmar que</p> <p>(A) os processadores executam somente comandos de programa em linguagem de máquina.</p> <p>(B) os programas, para serem executados, devem ser escritos somente em linguagem de máquina.</p> <p>(C) os sistemas operacionais executam somente comandos de programa em linguagem de máquina.</p> <p>(D) os sistemas operacionais fazem as traduções necessárias dos comandos de programa.</p> <p>(E) os sistemas operacionais fazem as traduções somente dos comandos em linguagem de máquina.</p>
<p>18. As palavras que recebem acento gráfico pela mesma razão que o justifica em agrária e países são, respectivamente,</p> <p>(A) sufrágio e possível.</p> <p>(B) média e obrigará.</p> <p>(C) domínio e saído.</p> <p>(D) constituída e salário.</p> <p>(E) histórico e torná-los.</p>	

<p>23. O <i>software</i> Microsoft Windows tem como principal finalidade</p> <p>(A) executar todas as tarefas úteis aos usuários porque pertence à categoria de programas utilitários.</p> <p>(B) gerenciar todos os recursos de <i>hardware</i> e <i>software</i> do microcomputador.</p> <p>(C) gerenciar somente os recursos de <i>hardware</i> do microcomputador e os sistemas aplicativos dos usuários.</p> <p>(D) gerenciar somente os recursos de <i>hardware</i> do microcomputador e servir de interface ao usuário.</p> <p>(E) executar e gerenciar todas as atividades das unidades usuárias de microcomputador.</p>	<p>27. Na planilha MS Excel, para exibir as linhas como títulos ou rótulos de colunas em todas as páginas impressas, deve-se assinalar no menu:</p> <p>(A) formatar, opção linha e guia planilha.</p> <p>(B) inserir, opção linha e guia cabeçalho/rodapé.</p> <p>(C) arquivo, opção configurar página e guia cabeçalho/rodapé.</p> <p>(D) arquivo, opção configurar página e guia página.</p> <p>(E) arquivo, opção configurar página e guia planilha.</p>
<p>24. O microcomputador em que Marina trabalha tem o MS Word com a ferramenta de hifenização instalada. Ela escolheu a opção de hifenizar manualmente certo texto, sem selecionar nenhum trecho. Nesse caso, será pesquisado</p> <p>(A) somente a frase em que estiver o cursor, incluindo os hífen nas palavras necessárias.</p> <p>(B) somente o parágrafo em que estiver o cursor, incluindo os hífen nas palavras necessárias.</p> <p>(C) o documento inteiro, incluindo os hífen nas palavras necessárias.</p> <p>(D) somente o parágrafo em que estiver o cursor, buscando e indicando as palavras que podem conter hífen e onde incluí-los.</p> <p>(E) o documento inteiro, buscando e indicando as palavras que podem conter hífen e onde incluí-los.</p>	<p>28. Na Internet, uma mensagem é entregue ao endereço final porque</p> <p>(A) utiliza-se um protocolo IP confiável, garantindo que os datagramas sejam entregues aos destinatários.</p> <p>(B) passa por um provedor de acesso que garante a entrega.</p> <p>(C) é identificada pelo endereço IP e por números conhecidos como portas de protocolo.</p> <p>(D) utiliza-se um protocolo POP, que garante os recebimentos de mensagens.</p> <p>(E) utiliza-se um protocolo SMTP, que garante os recebimentos de mensagens.</p>
<p>25. Uma régua horizontal pode ser exibida na janela do documento MS Word e utilizada para definir as medidas</p> <p>(A) precisas dos recuos de parágrafos, em relação às margens esquerda e direita.</p> <p>(B) precisas das alturas de linhas nas tabelas, em relação às margens superior e inferior.</p> <p>(C) precisas dos recuos de parágrafos e das alturas de linhas nas tabelas.</p> <p>(D) dos recuos de parágrafos e as marcas de tabulação.</p> <p>(E) dos recuos de parágrafos e das alturas de linhas nas tabelas e as marcas de tabulação.</p>	<p>29. Para abrir rapidamente canais da Web sem ter que abrir primeiro o navegador MS Internet Explorer pode-se</p> <p>(A) utilizar o assistente de acesso rápido.</p> <p>(B) tornar canais Web disponíveis <i>off-line</i>.</p> <p>(C) tornar páginas Web disponíveis <i>off-line</i>.</p> <p>(D) usar uma barra de canais Web na área de trabalho.</p> <p>(E) usar uma barra de ferramentas Web na área de trabalho.</p>
<p>26. Na planilha MS Excel, arrastando para cima, pela alça de preenchimento, duas células selecionadas, os conteúdos numéricos preenchidos, na seqüência das células arrastadas,</p> <p>(A) serão incrementados pela razão correspondente ao valor da diferença entre as células iniciais.</p> <p>(B) serão decrementados pela razão correspondente ao valor da diferença entre as células iniciais.</p> <p>(C) ficarão iguais ao valor da primeira célula da seqüência inicial.</p> <p>(D) ficarão iguais ao valor da segunda célula da seqüência inicial.</p> <p>(E) serão incrementados pela razão correspondente ao valor "1".</p>	<p>30. Trabalhando <i>off-line</i> no MS Outlook Express, uma nova mensagem digitada será salva, quando enviada, na pasta</p> <p>(A) Caixa de Saída e, quando <i>online</i>, a mensagem será automaticamente enviada ao destinatário.</p> <p>(B) Caixa de Saída e, quando <i>online</i>, a mensagem não será automaticamente enviada ao destinatário.</p> <p>(C) Rascunho e, quando <i>online</i>, a mensagem será automaticamente enviada ao destinatário.</p> <p>(D) Rascunho e, quando <i>online</i>, a mensagem não será automaticamente enviada ao destinatário.</p> <p>(E) Itens Enviados e, quando <i>online</i>, a mensagem será automaticamente enviada ao destinatário.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
<p>31. Se o Direito Administrativo for conceituado como:</p> <p>I. O sistema dos princípios jurídicos que regulam a atividade do Estado para o cumprimento de seus fins.</p> <p>II. O conjunto de normas que regem as relações entre a Administração e os administrados.</p> <p>III. O conjunto de princípios que regem a Administração Pública.</p> <p>seu fundamento repousa nos critérios denominados, respectivamente,</p> <p>(A) negativo ou residual, da atividade jurídica ou social do Estado e teleológico.</p> <p>(B) do serviço público, do Poder Executivo e residual ou negativo.</p> <p>(C) da administração pública, do serviço público e do Poder Executivo.</p> <p>(D) teleológico, das relações jurídicas e da administração pública.</p> <p>(E) das relações jurídicas, da administração pública e da atividade jurídica ou social do Estado.</p>	<p>34. O poder disciplinar na Administração Pública é cabível para</p> <p>(A) instaurar inquérito administrativo, processar e aplicar penalidades apenas aos servidores públicos que infringem os respectivos estatutos.</p> <p>(B) apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa a exemplo das pessoas que com ela contratam.</p> <p>(C) investigar irregularidades e aplicar penas aos servidores públicos e particulares, mesmo aqueles não sujeitos à disciplina interna da Administração Pública.</p> <p>(D) limitar ou disciplinar direito, interesse ou liberdade, com o objetivo de regular a prática de ato ou abstenção de fato, em razão do interesse público.</p> <p>(E) regulamentar lei ou ato normativo de forma independente ou autônoma, inovando a ordem jurídica por estabelecer normas ainda não disciplinadas em lei.</p>
<p>32. É certo que na organização administrativa da União a administração direta compreende</p> <p>(A) os serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e na dos Ministérios, assim como os serviços administrativos que estão a cargo do Legislativo, Judiciário e Tribunal de Contas.</p> <p>(B) todas as entidades e serviços vinculados à Presidência da República, à exceção dos Ministérios, visto que estes integram a administração indireta.</p> <p>(C) todos os órgãos e entidades como as autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista vinculadas aos Ministérios.</p> <p>(D) também as fundações, as concessionárias e permissionárias de serviço público, entre outras, sendo que os Ministérios e Secretarias integram a administração indireta.</p> <p>(E) os órgãos públicos da Presidência da República, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como as agências executivas e reguladoras, entre outras.</p>	<p>35. Dentre outras, são causas determinantes da extinção dos atos administrativos eficazes e ineficazes, respectivamente, a</p> <p>(A) renúncia do beneficiário e a recusa do beneficiário.</p> <p>(B) recusa do beneficiário e a renúncia do beneficiário.</p> <p>(C) mera retirada do ato e o desaparecimento do objeto da relação jurídica.</p> <p>(D) retirada do ato por caducidade e a renúncia do beneficiário.</p> <p>(E) recusa do beneficiário e o cumprimento dos efeitos do ato.</p>
<p>33. No que tange aos poderes administrativos, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a principal diferença, embora não absoluta, entre as polícias administrativa e a judiciária está no caráter preventivo, de regra, da primeira e no repressivo da segunda.</p> <p>(B) os meios de atuação do poder de polícia são os atos normativos em geral e os atos administrativos e operações materiais de aplicação da lei ao caso concreto.</p> <p>(C) o poder de polícia é exercido pelo Estado nas áreas administrativa e judiciária, sendo que a polícia administrativa é privativa de corporações especializadas como a polícia civil e a militar.</p> <p>(D) são atributos do poder de polícia a discricionariedade, a auto-executoriedade e a coercibilidade, além do fato de corresponder a uma atividade negativa.</p> <p>(E) o conceito legal de poder de polícia encontra-se no Código Tributário Nacional, por ser o exercício desse poder um dos fatos geradores da taxa.</p>	<p>36. Considere: O ato administrativo unilateral</p> <p>I. discricionário pelo qual se exerce o controle, <i>a priori</i> ou <i>a posteriori</i>, do ato administrativo caracteriza a homologação.</p> <p>II. e vinculado pelo qual a Administração Pública, sempre <i>a posteriori</i>, reconhece a legalidade de um ato administrativo diz respeito à aprovação.</p> <p>III. pelo qual a autoridade competente atesta a legitimidade formal de outro ato jurídico, não significando concordância com o seu conteúdo, caracteriza o visto.</p> <p>IV. e vinculado pelo qual a Administração reconhece ao particular, que preenche os requisitos legais, o direito à prestação de um serviço público diz respeito à admissão.</p> <p>Nesses casos, são corretos APENAS os itens</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>

<p>37. Para os fins da Lei nº 9.784/99, que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, considera-se órgão</p> <p>(A) o Executivo, assim como o Legislativo e o Judiciário da União, quando no desempenho de suas funções.</p> <p>(B) a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica própria e vinculada à Administração direta e indireta.</p> <p>(C) a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da Administração indireta.</p> <p>(D) qualquer entidade de direito público ou privado com personalidade jurídica e dotada de poder de decisão na área administrativa.</p> <p>(E) superior a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios quando atuam no aspecto político-administrativo.</p>	<p>40. Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do servidor público. Posteriormente, será citado para apresentar defesa escrita, no prazo de</p> <p>(A) 5 (cinco) dias, admitida a prorrogação por mais 10 (dez) dias, no caso de comprovada necessidade.</p> <p>(B) 10 (dez) dias, podendo ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.</p> <p>(C) 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado pelo dobro, a critério do Presidente da Comissão Processante.</p> <p>(D) 20 (vinte) dias, admitida a prorrogação por mais 10 (dias), por exclusivo interesse público.</p> <p>(E) 30 (trinta) dias, improrrogáveis, ainda que dependa de alguma diligência, uma vez que pode ser cumprida oportunamente.</p>
<p>38. A Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre Licitações e Contratos da Administração Pública, estabelece que</p> <p>(A) o procedimento licitatório caracteriza ato administrativo material quando praticado na esfera da Administração Pública federal e estadual.</p> <p>(B) as normas são específicas quando tratar de licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, compras, alienações e serviços, salvo os de publicidade.</p> <p>(C) as licitações não serão sigilosas, mas sempre públicas e acessíveis ao público, em qualquer hipótese, de todos os atos de seu procedimento.</p> <p>(D) ficam subordinados a seu regime, entre outros, os fundos especiais e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Distrito Federal.</p> <p>(E) todos os participantes das licitações têm direito público subjetivo à observância do procedimento licitatório, vedado a qualquer outro cidadão acompanhar o seu desenvolvimento.</p>	<p>41. No que se refere ao conceito de serviço público, é certo que a locução em apreço comporta vários sentidos, entre outros, como sendo</p> <p>(A) a atividade desempenhada por alguém (Poder Público ou seus delegados) sob regras exorbitantes do Direito Comum. É a submissão de certa atividade a um regime de Direito Público, que no caso se apresenta como sentido formal.</p> <p>(B) uma função, uma tarefa, uma atividade da Administração Pública, destinada a satisfazer necessidades de interesse geral ou particular, hipótese essa que representa o sentido orgânico ou subjetivo.</p> <p>(C) o complexo de órgãos, agentes e recursos da Administração Pública, equivalendo, pois, a um organismo ou parte do aparelho estatal ou privado, caso em que caracteriza o sentido material ou objetivo.</p> <p>(D) a atuação política-administrativa, nos diversos níveis da sociedade com exclusão das atividades de oferecimento de comodidades materiais e jurídicas aos administrados, que no caso se apresenta como sentido convencional.</p> <p>(E) uma atividade pública elevada a essa categoria por um ato administrativo, com observância das normas de Direito Público ou Privado, representando nesta hipótese o sentido legal.</p>
<p>39. Em relação aos contratos regidos pela Lei das Licitações, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro. Nesses casos, é INCORRETO afirmar que a referida prorrogação só poderá ocorrer por força de algum motivo, devidamente autuado em processo, a exemplo da</p> <p>(A) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração Pública.</p> <p>(B) alteração do projeto ou especificações, pela Administração.</p> <p>(C) interrupção da execução do contrato por ordem e no interesse da Administração.</p> <p>(D) diminuição do ritmo de trabalho por determinação e no interesse da Administração.</p> <p>(E) diminuição das quantidades inicialmente previstas no contrato, e dentro dos limites permitidos em lei.</p>	<p>42. Considere:</p> <p>I. Servidores públicos estatutários são os que se vinculam à Administração Pública direta e indireta mediante um liame de natureza contratual.</p> <p>II. Agentes de colaboração são pessoas físicas que prestam serviços à Administração Pública por vontade própria, por requisição ou com sua concordância, exercendo, portanto, função pública.</p> <p>III. Servidores governamentais são as pessoas que, sob um regime de dependência, ligam-se estatutariamente às sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações, perante uma relação de trabalho de natureza eventual ou temporária.</p> <p>IV. Agentes temporários são agentes públicos que se ligam à Administração Pública, por tempo determinado, para o atendimento de necessidades de excepcional interesse público, consoante definida em lei; podendo existir na Administração Pública direta ou na indireta, desempenhando função.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, III e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>

<p>43. Suponha que nosso país subscreveu uma Convenção determinando o prazo máximo em que certa modalidade de ação judicial deverá estar julgada. Nesse caso, sabendo-se que não existe lei federal a respeito, para tornar efetivo esse direito</p> <p>(A) cabe apenas o mandado de injunção, que é o remédio específico.</p> <p>(B) não tem cabimento o mandado de injunção.</p> <p>(C) é apenas viável a ação civil pública.</p> <p>(D) cabe tanto a ação de inconstitucionalidade por omissão quanto o mandado de segurança.</p> <p>(E) cabe tanto o mandado de injunção quanto o mandado de segurança coletivo.</p>	<p>47. Quanto à intervenção estadual nos Municípios, é correto afirmar que</p> <p>(A) a previsão dos respectivos casos feita na Constituição Federal é taxativa, não podendo ser ampliada.</p> <p>(B) a previsão dos respectivos casos feita na Constituição Federal é exemplificativa, e, portanto, pode ser ampliada pelo intérprete.</p> <p>(C) a Constituição Federal remete às Constituições Estaduais a previsão dos casos em que deva ocorrer.</p> <p>(D) ocorrerá nos casos expressamente previstos na Constituição Federal, sem exclusão dos demais, decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados.</p> <p>(E) não ocorrerá por previsão expressa da Constituição Federal, salvo no caso de não serem prestadas as contas devidas, na forma da lei.</p>
<p>44. Uma das características da ação popular é</p> <p>(A) o seu cabimento em caso de ilegalidade ou abuso de poder com ofensa a direito líquido e certo.</p> <p>(B) a possibilidade de sua propositura por partido político com representação no Congresso Nacional.</p> <p>(C) a isenção das custas judiciais e dos ônus da sucumbência, salvo se comprovada a má-fé.</p> <p>(D) o objetivo de retificação de dados de qualquer pessoa, constantes de bancos de entidades de caráter público.</p> <p>(E) a presença obrigatória no pólo ativo da relação processual de entidades ou movimentos populares legalmente constituídos há mais de um ano.</p>	<p>48. Uma parte legítima representa acerca da inconstitucionalidade de lei estadual em face da Constituição Estadual. Nesse caso, a representação de inconstitucionalidade deve ser julgada pelo</p> <p>(A) Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) Tribunal Regional Federal respectivo.</p> <p>(C) Tribunal de Justiça respectivo.</p> <p>(D) Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) Juiz de primeiro grau a quem distribuída.</p>
<p>45. Há ilegitimidade passiva no mandado de segurança quando o acusado pela prática de ato ilegal for</p> <p>(A) a empresa pública que age por delegação do Poder Público.</p> <p>(B) a autoridade superior que recomendou ou baixou normas para sua execução.</p> <p>(C) o estabelecimento de ensino particular de primeiro e de segundo graus.</p> <p>(D) a autoridade que ordenou a sua prática ou materializou-a.</p> <p>(E) o estabelecimento bancário contratado para efetuar o pagamento dos servidores públicos.</p>	<p>49. É permitida a emenda da Constituição Federal</p> <p>(A) para abolir a forma Federativa de Estado.</p> <p>(B) durante a vigência de intervenção federal.</p> <p>(C) para alterar o sistema eleitoral, inclusive suprimindo o voto universal e periódico.</p> <p>(D) durante a vigência de estado de defesa.</p> <p>(E) mediante proposta, dentre outros legitimados, de um terço dos membros da Câmara dos Deputados.</p>
<p>46. Para os que dividem as normas constitucionais, quanto à sua aplicabilidade, em normas de eficácia plena, contida e limitada, as deste último grupo são aquelas que</p> <p>(A) apresentam aplicabilidade imediata e geram todos os efeitos essenciais a partir da vontade do seu aplicador, único limitador de sua abrangência.</p> <p>(B) produzem, ou têm possibilidade de produzir, todos os efeitos essenciais, relativamente aos interesses, comportamentos e situações, que o legislador, direta e normativamente, quis regular.</p> <p>(C) regulam suficientemente os interesses relativos a determinada matéria, conforme previsão do legislador, mas deixam margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público.</p> <p>(D) produzem diretamente todos os seus efeitos essenciais regulados pelo legislador, mas têm, ou podem ter, sua atuação limitada pela atuação discricionária do poder público.</p> <p>(E) apresentam aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, porque somente incidem totalmente sobre esses interesses, após uma normatividade ulterior que lhes desenvolva a aplicabilidade.</p>	<p>50. Quanto às garantias constitucionais da Magistratura, é correto afirmar que</p> <p>(A) a irredutibilidade do subsídio não é mais assegurada, pois foi cancelada por recente emenda constitucional.</p> <p>(B) todo magistrado, desde o início do exercício do cargo, só pode perdê-lo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.</p> <p>(C) a inamovibilidade do magistrado pode ser afastada, por interesse público, por voto de três quintos do respectivo Tribunal.</p> <p>(D) a vitaliciedade, no primeiro grau, só é adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do Tribunal a que o magistrado estiver vinculado.</p> <p>(E) são permitidas a remoção, a disponibilidade e a aposentadoria do magistrado, por interesse público; mas, a ampla defesa só é assegurada nos dois primeiros casos.</p>

<p>51. A atual Constituição Federal, ao incluir a advocacia no Capítulo das Funções Essenciais à Justiça, declarou a indispensabilidade do advogado à administração da Justiça,</p> <p>(A) mas esse preceito não é absoluto, tanto que o pedido de revisão criminal não precisa ser subscrito por advogado.</p> <p>(B) preceito que é absoluto, sendo nulo todo processo em que alguém postula sem assistência técnica de advogado.</p> <p>(C) razão pela qual é necessária a assistência técnica de advogado no pedido de <i>habeas corpus</i>.</p> <p>(D) mas esse preceito não é absoluto, representando, tão-só, uma faculdade à assistência técnica de um advogado, tanto que a parte pode dispensá-la quando quiser.</p> <p>(E) razão pela qual é imprescindível a assistência técnica de advogado no pedido de revisão criminal.</p>	<p>55. Considere as afirmativas:</p> <p>I. A composição dos órgãos colegiados da Justiça Eleitoral no Brasil é híbrida, integrando-os juizes de outros tribunais, advogados e membros do Ministério Público.</p> <p>II. As Juntas Eleitorais são órgãos colegiados de primeira instância, gozando seus membros, no exercício de suas funções, as plenas garantias da magistratura de carreira, inclusive a inamovibilidade.</p> <p>III. São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem a Constituição Federal.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>52. As guardas municipais, instituídas pelos municípios, são destinadas</p> <p>(A) a apurar infrações cometidas contra interesses de servidores públicos do município.</p> <p>(B) a servir, em função secundária, como reserva da polícia militar.</p> <p>(C) à proteção de seus bens, serviços e instalações.</p> <p>(D) precipuamente ao auxílio das polícias civil, militar e federal, para garantia da segurança pública urbana.</p> <p>(E) às atividades para as quais forem criadas, mas a organização da defesa civil é incumbência exclusiva delas.</p>	<p>56. Nas eleições gerais, na fase da diplomação, o Promotor Eleitoral</p> <p>(A) tem atribuição subsidiária à do Procurador Regional Eleitoral.</p> <p>(B) atua plenamente, sem qualquer restrição.</p> <p>(C) tem atribuição concorrente com a do Procurador Regional Eleitoral.</p> <p>(D) atua como substituto processual em matéria eleitoral.</p> <p>(E) não atua, pois a atribuição é exclusiva do Procurador Regional Eleitoral.</p>
<p>53. Quanto às normas gerais que regem as finanças públicas, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o Banco Central não pode conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional.</p> <p>(B) a concessão de garantias pelas entidades públicas é assunto de que uma lei complementar deve cuidar.</p> <p>(C) as disponibilidades de caixa da União devem ser depositadas no Banco Central.</p> <p>(D) as regras para fiscalização das instituições financeiras podem ser dispostas por uma lei ordinária.</p> <p>(E) o Banco Central pode comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda.</p>	<p>57. Paulo era filiado ao Partido Alfa. Filiou-se ao Partido Beta, sem comunicar o seu desligamento ao Partido Alfa e ao Juiz Eleitoral da Zona em que era eleitor. Um mês depois, filiou-se ao partido Gama, também sem fazer as devidas comunicações. Nesse caso,</p> <p>(A) apenas a primeira filiação é válida.</p> <p>(B) apenas a terceira filiação é válida.</p> <p>(C) apenas a segunda filiação é válida.</p> <p>(D) a segunda e a terceira filiações são válidas.</p> <p>(E) as três filiações são nulas.</p>
<p>54. Considere:</p> <p>I. Universalidade da cobertura e do atendimento.</p> <p>II. Irredutibilidade do valor dos benefícios.</p> <p>III. Diversidade da base de financiamento.</p> <p>IV. Equidade na forma de participação no custeio.</p> <p>Quanto aos objetivos da seguridade social, são corretos os itens</p> <p>(A) I, II, III e IV.</p> <p>(B) I, II e III, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) II, III e IV, apenas.</p> <p>(E) II e IV, apenas.</p>	

<p>58. Considere as afirmativas:</p> <p>I. A ação penal no Direito Eleitoral brasileiro é sempre pública e só poderá ser intentada por denúncia do Ministério Público.</p> <p>II. Os Partidos Políticos podem intervir como assistentes do Ministério Público no processo penal eleitoral.</p> <p>III. Recebida a denúncia, o juiz mandará citar o réu para interrogatório, concedendo-lhe o prazo de 10 dias para oferecer contestação.</p> <p>IV. No processo penal eleitoral aplica-se o princípio da identidade física do juiz, devendo a ação penal ser julgada pelo juiz que concluiu a instrução.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>	<p>61. O Partido Alfa requereu o registro da candidatura de José da Silva ao cargo de Deputado Estadual. Somente o Ministério Público Eleitoral apresentou impugnação, alegando estar a respectiva documentação incompleta. O Tribunal Regional Eleitoral, no entanto, rejeitou a impugnação e homologou a candidatura. Dessa decisão cabe recurso</p> <p>(A) do Ministério Público Eleitoral, dos candidatos, partidos e coligações.</p> <p>(B) do Ministério Público Eleitoral e dos outros candidatos.</p> <p>(C) do Ministério Público Eleitoral, dos partidos e coligações.</p> <p>(D) apenas do Ministério Público Eleitoral.</p> <p>(E) de qualquer eleitor.</p>
<p>59. Pedro é fiscal de rendas do Município de Pedra Alta. Para candidatar-se a Prefeito Municipal desse município, estará sujeito ao prazo de desincompatibilização de</p> <p>(A) 3 meses, não fazendo jus a sua remuneração durante o período de afastamento.</p> <p>(B) 4 meses, fazendo jus a sua remuneração durante esse período.</p> <p>(C) 4 meses, não fazendo jus aos seus vencimentos durante o período de afastamento.</p> <p>(D) 6 meses, fazendo jus aos seus vencimentos nos 3 primeiros meses de licença.</p> <p>(E) 6 meses, não fazendo jus aos seus vencimentos durante esse período.</p>	<p>62. NÃO cabe recurso ordinário das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais que</p> <p>(A) julgarem ação de impugnação de pedido de registro de candidatura.</p> <p>(B) denegarem <i>habeas data</i> ou mandado de segurança.</p> <p>(C) concederem <i>habeas corpus</i> ou mandado de segurança.</p> <p>(D) julgarem ação de impugnação de mandato eletivo.</p> <p>(E) julgarem investigação judicial eleitoral.</p>
<p>60. Mário desejava disputar na convenção partidária indicação para candidatura ao cargo de Deputado Estadual. Todavia, o estatuto do Partido permitia o voto por procuração e seu principal adversário detinha procurações que representavam 60% dos filiados. Não tendo logrado, por isso, obter a indicação, recorreu à Justiça Eleitoral, pleiteando a anulação da convenção. A Justiça Eleitoral</p> <p>(A) pode anular a convenção pois o processo de votação estabelecido pelo estatuto do Partido implicou violação da liberdade de escolha pelo voto.</p> <p>(B) não poderá interferir no processo de escolha de candidatos porque se trata de questão interna do Partido, disciplinada por seu estatuto.</p> <p>(C) pode anular a convenção porque o voto por procuração não está previsto na legislação eleitoral.</p> <p>(D) pode anular a convenção, porque a permissão do voto por procuração implicou em quebra de sigilo.</p> <p>(E) pode anular a convenção porque a escolha de candidatos ficou concentrada na mão de uma só pessoa.</p>	<p>63. É INCORRETO afirmar que a coligação partidária</p> <p>(A) implicará na obrigatoriedade dos Partidos que a integram de apresentarem pelo menos um candidato às eleições proporcionais.</p> <p>(B) terá denominação própria, devendo funcionar como um só Partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses partidários.</p> <p>(C) usará, obrigatoriamente, sob a sua denominação, na propaganda para a eleição majoritária, as legendas de todos os partidos que a compõem.</p> <p>(D) será representada perante a Justiça Eleitoral por um representante designado pelos Partidos que a compõem ou delegados por estes indicados.</p> <p>(E) poderá inscrever candidatos de qualquer Partido dela integrante, sem necessidade de proporcionalidade com o número de Partidos coligados.</p> <p>64. Paulo é candidato a Governador do Estado e Luiz a Vice-Governador do Estado, ambos pelo Partido Alfa. Dez dias antes das eleições, Luiz renunciou à sua candidatura. Nesse caso, o Partido Alfa</p> <p>(A) só poderá indicar substituto se Luiz fosse candidato ao cargo de governador.</p> <p>(B) não poderá substituir o candidato por ter a renúncia ocorrido dentro dos 60 dias anteriores ao pleito.</p> <p>(C) não poderá substituir o candidato porque a substituição nos 60 dias anteriores ao pleito só pode ser feita em caso de falecimento.</p> <p>(D) não poderá substituir o candidato porque não haverá tempo hábil para substituição dos nomes nas urnas eletrônicas.</p> <p>(E) poderá indicar substituto, cuja escolha far-se-á na forma do estatuto do partido a que pertencer o substituído.</p>

<p>65. Na propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, a Justiça Eleitoral poderá</p> <p>(A) cortar mensagens ofensivas à moral e aos bons costumes.</p> <p>(B) impedir a reapresentação de programa ofensivo à honra de candidato.</p> <p>(C) censurar previamente programas de partidos que infringirem com frequência a legislação eleitoral.</p> <p>(D) deferir direito de resposta a candidato ofendido por tempo igual ao da ofensa, mas nunca inferior a 2 minutos.</p> <p>(E) suspender o exercício do direito de resposta até o julgamento do recurso interposto contra a decisão que o deferir.</p>	<p>68. Se o Partido ou Coligação não registrar determinado candidato escolhido em convenção, este</p> <p>(A) poderá fazê-lo perante a Justiça Eleitoral até as 19 horas do dia 5 de julho do ano das eleições.</p> <p>(B) poderá fazê-lo perante a Justiça Eleitoral até as 19 horas do dia 7 de julho do ano das eleições.</p> <p>(C) perderá o direito de concorrer às eleições, pois o requerimento de registro é privativo do Partido ou Coligação.</p> <p>(D) deverá recorrer ao Diretório Nacional do Partido a que pertence no prazo de 48 horas contados do encerramento do prazo para registro.</p> <p>(E) deverá recorrer à convenção partidária que o indicou no prazo de 5 dias contados do encerramento do prazo para registro.</p>
<p>66. Dos programas de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita de cada Partido ao primeiro turno das eleições poderá participar qualquer pessoa</p> <p>(A) mesmo a este não filiada, desde que sem remuneração.</p> <p>(B) filiada a outro Partido, desde que sem remuneração.</p> <p>(C) a este filiada, com ou sem remuneração.</p> <p>(D) participante de pesquisa eleitoral, desde que identificada.</p> <p>(E) participante de consulta popular de natureza eleitoral, desde que identificada.</p>	<p>69. Considere as afirmativas a respeito do Ministério Público Eleitoral:</p> <p>I. Tem previsão constitucional, quadro próprio e carreira específica.</p> <p>II. As atribuições em segunda instância da Justiça Eleitoral são privativas do Ministério Público Federal.</p> <p>III. O Ministério Público dos Estados atuam perante os juízes e Juntas Eleitorais pelo princípio da delegação.</p> <p>IV. A designação de Promotores Eleitorais para atuarem perante a Justiça Eleitoral dos Estados é atribuição do Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>
<p>67. Durante o horário de propaganda eleitoral gratuita, há 30 dias do pleito, candidato do Partido Alfa ofendeu a honra de candidato do Partido Beta. O Partido Alfa dispõe de 20 segundos no horário de propaganda eleitoral gratuita. Foi deferido o direito de resposta pelo tempo mínimo de 1 minuto. Como o tempo do Partido Alfa é de apenas 20 segundos,</p> <p>(A) será o tempo do Partido Alfa prorrogado para 1 minuto para possibilitar o exercício do direito de resposta do candidato ofendido.</p> <p>(B) será o tempo do candidato ofendido para exercer o direito de resposta reduzido para 20 segundos.</p> <p>(C) serão utilizados pelo candidato do Partido Beta para exercer o direito de resposta três programas sucessivos do Partido Alfa.</p> <p>(D) será o tempo mínimo de exercício do direito de resposta reduzido para duas vezes o tempo do Partido Alfa.</p> <p>(E) o candidato ofendido exercerá o direito de resposta em horário especial fixado pela Justiça Eleitoral.</p>	<p>70. Quanto aos direitos da personalidade, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.</p> <p>(B) o pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.</p> <p>(C) o uso de nome alheio em propaganda depende sempre de sua autorização.</p> <p>(D) é válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.</p> <p>(E) a intransmissibilidade e a irrenunciabilidade lhe são inerentes, porque são seus elementos integrantes.</p>

<p>71. Quanto ao registro público, é certo que</p> <p>(A) a emancipação por outorga dos pais deve ser averbada.</p> <p>(B) a sentença declaratória de morte presumida deve ser registrada.</p> <p>(C) os atos judiciais de adoção devem ser registrados.</p> <p>(D) a interdição por incapacidade relativa deve ser averbada.</p> <p>(E) os atos judiciais que declararem filiação devem ser registrados.</p>	<p>75. Considere:</p> <p>I. A função social do contrato prevista no art. 421 do novo Código Civil elimina o princípio da autonomia contratual.</p> <p>II. Em virtude do princípio da boa-fé, positivado no art. 422 do novo Código Civil, a violação dos deveres anexos constitui espécie de inadimplemento, independentemente de culpa.</p> <p>III. É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas no novo Código Civil.</p> <p>IV. O impedimento de contratar tendo por objeto a herança de pessoa viva tem uma única exceção, expressamente prevista no novo Código Civil.</p>
<p>72. Quanto ao domicílio civil da pessoa natural, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) se a pessoa exercer profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.</p> <p>(B) se muda o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar.</p> <p>(C) o andarilho, sem residência habitual, tem seu domicílio fixado, fictamente, em Brasília.</p> <p>(D) se a pessoa tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.</p> <p>(E) o lugar onde a pessoa estabelece a sua residência com ânimo definitivo é o seu domicílio.</p>	<p>Quanto às normas gerais sobre contratos, são corretos APENAS</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>73. O madeirame da cobertura de minha casa estava infestado por cupins. Para substituí-lo, retirei as telhas, que foram empilhadas para serem reempregadas. Essas telhas pertencem à classe dos bens</p> <p>(A) divisíveis.</p> <p>(B) móveis.</p> <p>(C) consumíveis.</p> <p>(D) imóveis.</p> <p>(E) de uso especial.</p>	<p>76. Considere as assertivas que seguem:</p> <p>I. Há coisa julgada quando a ação já foi decidida em definitivo, não cabendo mais recurso.</p> <p>II. São elementos da ação o interesse de agir, a legitimidade da parte e a possibilidade jurídica do pedido.</p> <p>III. Ocorre a litispendência quando se repete ação que está em curso.</p> <p>IV. O pedido e a causa de pedir constituem condições da ação.</p> <p>Conclui-se que APENAS são corretas</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) II e IV.</p>
<p>74. Antônio ateou, por vingança, fogo na casa de Cláudio. Buscando prestar o socorro, absolutamente necessário, o Corpo de Bombeiros produziu sérios danos em meu telhado e teve que destruir meu muro na divisa das duas casas. Nesse caso, à parte a responsabilidade civil de Antônio frente a Cláudio pelo incêndio, o ato do Corpo de Bombeiros</p> <p>(A) não foi ilícito, mas Antônio, causador do incêndio, e Cláudio, beneficiário do socorro necessário, são responsáveis frente a mim, sucessivamente e nessa ordem.</p> <p>(B) foi ilícito, podendo ser responsabilizado por mim, que nada tinha a ver com a ocorrência ou com o socorro.</p> <p>(C) não foi ilícito, mas eu devo ser indenizado por Antônio, autor do incêndio, visto que Cláudio não foi o causador do socorro necessário.</p> <p>(D) foi ilícito, havendo responsabilidade solidária da corporação com Cláudio, beneficiário do socorro.</p> <p>(E) não foi ilícito, mas eu devo ser indenizado por Cláudio, que terá direito de regresso contra Antônio.</p>	<p>77. Em relação ao litisconsórcio e à intervenção de terceiros, observe:</p> <p>I. O juiz poderá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução ou dificultar a defesa.</p> <p>II. Quando o autor recusar o nomeado, ou quando este negar a qualidade que lhe é atribuída, assinar-se-á ao nomeante novo prazo para contestar.</p> <p>III. A denunciação da lide só pode ser promovida pelo réu.</p> <p>IV. A oposição oferecida antes da audiência de instrução, será pensada aos autos principais e correrá simultaneamente com a ação, sendo ambas julgadas pela mesma sentença.</p> <p>Diante disso, conclui-se que APENAS são corretos os itens</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I, III e IV.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II e IV.</p>

<p>78. A respeito da extinção do processo, é certo que</p> <p>(A) a perempção, a litispendência e a coisa julgada, pressupostos processuais negativos, não podem ser conhecidos de ofício pelo juiz.</p> <p>(B) a ausência de qualquer das condições da ação extingue o processo com julgamento de mérito, ocorrendo a coisa julgada.</p> <p>(C) o autor poderá, a qualquer tempo, desistir da ação, mesmo sem consentimento do réu, não podendo intentar outra.</p> <p>(D) a pena de perempção é aplicada ao autor que ocasiona, por 3 (três) vezes, a extinção do processo sem julgamento de mérito, em razão do abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias.</p> <p>(E) o indeferimento da petição inicial, extinguindo o processo sem julgamento de mérito, obsta que o autor intente de novo a ação.</p>	
<p>79. No que tange às disposições gerais relativas aos recursos, é correto afirmar que</p> <p>(A) a renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.</p> <p>(B) a desistência do recurso independe da anuência do recorrido.</p> <p>(C) o recurso adesivo, por não depender do principal, será admitido mesmo que este seja declarado deserto.</p> <p>(D) o prazo para interpor a apelação e os embargos infringentes é de 10 (dez) dias.</p> <p>(E) a insuficiência no valor do preparo implica desistência, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de 5 (cinco) dias.</p>	
<p>80. Quanto à sentença, é correto afirmar:</p> <p>(A) se a sentença proferida contra a União for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, entre outros casos, não estará sujeita ao duplo grau de jurisdição, dispensando-se, portanto, o reexame obrigatório.</p> <p>(B) a sentença proferida contra o Estado e suas autarquias, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo se estiver fundamentada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) as sentenças proferidas contra as empresas públicas e as sociedades de economia mista, somente transitam em julgado após o reexame necessário realizado pelo Tribunal.</p> <p>(D) a sentença que anula o casamento está sujeita a devolução oficial, não produzindo efeito enquanto não confirmada pelo Tribunal.</p> <p>(E) será permitido à parte discutir, no curso do processo, desde que a critério do juiz, as questões já decididas e a cujo respeito já se operou a preclusão.</p>	